

*Ata da 2ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 23 de março de 2023.*

Presidência da Senhora Deputada Fátima Nunes, ad hoc. Às 15h13, a Sra. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção dos Orixás, declarou aberta a Sessão para comemorar o **Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé**. Compuseram a Mesa dos trabalhos os(as) Srs.(as): Deputada Olivia Santana; Elisangela Araújo, Secretária de Políticas para as Mulheres; Ângela Guimarães, Secretária de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), representando o Governo do Estado; Livaldo Britto, Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia; Luis Alberto, ex-Deputado, representando o Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Felipe Freitas; Major PM Thiago Garcez, Coordenador Administrativo da Superintendência de Prevenção à Violência, representando o Secretário da Segurança Pública Marcelo Werner; Vanessa Lopes, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Equidade Racial, representando a Defensora Pública- Geral Firmiane do Carmo; Ana Cristina de Carvalho, Delegada e Coordenadora Estadual de Repressão aos Crimes em Razão da Raça, Cor, Etnia, Religião, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e pela Condição de Pessoa com Deficiência, representando a Delegada-Geral da Polícia Civil Heloísa Brito; Ailton Ferreira, Assessor da Secretária de Assistência Social e Desenvolvimento da Bahia; Ana Mandarino, Antropóloga e representante do Terreiro Ilê Axé Omi Otá Odara do Rio de Janeiro; Patrícia Pinheiro, Ekede de Ogum, Presidente do Instituto Nacional e Internacional das Makotas, Ekedes e Yorabás e Diretora de Cultura do Instituto África 900; Márcia Lima, lalorixá de Ogum e Presidente do Conselho Cultural de Salvador; Marilac Santos, Makota Matuleji do Terreiro Tumbangola e Coordenadora-Geral da União das Ekedes (Undeke-BA); Gerônimo Santana, Cantor; Felipe Castro, Secretário de Educação e Cultura do Município de Cícero Dantas; Lázaro Muniz, Padre da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Bira Corôa, ex-Deputado; e Luciana Mandelli, Diretora do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac). Após a execução do Hino Nacional e da apresentação do Grupo de Samba Ohana, a Sra. Presidente passou a condução dos trabalhos para a Deputada Olivia Santana e, da tribuna, falou sobre a importância de comemorar o 21 de março, Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, instituído pela Lei nº 14.519/2023, sancionada pelo Presidente Lula, cuja data foi escolhida em função do episódio que ficou conhecido como o Massacre de Sharperville, ocorrido na África do Sul em 1960. Informou a articulação para instalar a Comissão Especial de Promoção da Igualdade. Em seguida, o Cantor Gerônimo Santana fez uma apresentação. A Sra. Márcia Lima, após pedir licença aos mais velhos e saudar os orixás, disse que o dono do dia é o Pai Oxóssi e que se sentia honrada por participar de importante momento, pois, por

muito tempo, não se permitia ao povo preto adentrar a esta Casa. Relembrou o quanto os negros foram desrespeitados nas práticas de crenças religiosas e na manutenção das tradições culturais. Sugeriu a inclusão dos povos afro-ameríndios na Lei nº 14.519/2023 e defendeu a aprovação na Câmara Federal do Projeto de Lei nº 1.279/2022, destacando o artigo que trata da criação de um fundo para reparação da escravidão. Finalizando, entoou saudação à Nação Ijexá. A Sra. Luciana Mandelli destacou o esforço do Ipac para registrar com celeridade diversos terreiros existentes, ressaltando que é preciso uma ação conjunta para garantir também recursos materiais. Falou da necessidade da educação patrimonial da Bahia para que a população conheça as diversas manifestações religiosas e fortaleça o vínculo com essas identidades. O Sr. Livaldo Brito lembrou que foi preciso a aprovação de leis para garantir o direito à prática das liberdades religiosas, informando que até 1976 cabia à Polícia Militar conceder licença para o funcionamento dos terreiros, medida revogada graças à atuação de Edvaldo Brito. Apontou que em 1984 ocorreu o primeiro tombamento de terreiro no Brasil e comentou a importância das medidas protetivas, informando que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia realiza um resgate histórico das condenações decorrentes das práticas religiosas de matrizes africanas. A Deputada Olivia Santana destacou a importância da Lei nº 14.519/2023 e defendeu a laicidade do Estado, mencionando que nem todo negro precisa seguir o candomblé, mas é preciso respeito à história da religião. Concluindo, disse que o candomblé foi o primeiro a lutar pela dignidade negra. O Sr. Felipe Castro destacou a importância de educar e ensinar o respeito às diversidades religiosas, exemplificando com a criação, no Município de Cícero Dantas, do espaço para o convívio de todas as religiões. Disse que a inserção e a inclusão da sociedade são essenciais para o conhecimento do processo histórico e resgate da cultura das religiões de matrizes africanas. Em seguida, o Mestre Gigi fez uma apresentação cultural. A Sra. Marilac Santos pontuou que a sanção da Lei nº 14.519/2023 resultou da luta antirracista que encontrou a sensibilidade de um governo democrático, dando a devida importância à cultura e religião de matrizes africanas. Descreveu como acontece a participação de cada um nos terreiros de candomblé e exaltou a importância das ekedes para as atividades das casas de santo. A Sra. Patrícia Pinheiro disse que é emblemático comemorar pela primeira vez o Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e saudou os membros da Mesa, trazendo exemplos da contribuição de cada um para o alcance da conquista da liberdade religiosa. Informou que participou, em 2017, da primeira Sessão Solene no Congresso Nacional que marcou o início da tramitação do projeto que se transformou na Lei nº 14.519/2023, agradecendo ao Deputado Federal Afonso Florence, que contribuiu para que a matéria tramitasse. Fez referência aos ataques aos terreiros do Rio de Janeiro e São Paulo e, por fim, salientou que a Lei é mais que uma data comemorativa, é um ato de respeito às tradições religiosas de matriz africana e combate ao racismo estrutural. A Sra. Presidente fez a leitura de mensagem encaminhada pela Deputada Fabíola Mansur, que não pôde estar presente. A Sra. Ana Cristina de Carvalho falou do trabalho da Coordenação de Defesa e Respeito das Práticas

Religiosas, ressaltando que a crença ou não é de escolha de cada cidadão. Disse contar com a colaboração da Defensoria Pública, Sepromi e Polícia Militar para proporcionar justiça e liberdade à sociedade. O Sr. Gerônimo Santana contou duas histórias e lembrou o empenho de Manoel Falefá para ensinar a língua iorubá para as crianças e preservar as tradições, pois eram transmitidas oralmente, e falou, ainda, das perseguições ao povo de santo. O Sr. Lázaro Muniz externou gratidão em participar da comemoração e destacou as palavras perdão, direito e tradição como referência para a fala dele. Pontuou que as perseguições religiosas ao povo de santo foram, em certos aspectos, provocadas por praticantes da religião cristã que não observam a importância do sincretismo para a Igreja Católica. Concluindo, disse que o direito formal é importante ato reparatório para a preservação das tradições trazidas da África, a exemplo do samba, congado, dança e práticas religiosas. Finalizou dizendo que “Tradição não é recolher as cinzas, tradição é manter o fogo aceso”. A Sra. Ana Mandarinho apresentou dados da violência registrada aos terreiros em todo o Brasil, deixando explícita a intolerância religiosa por pessoas que se intitulam soldados de Jesus. Salientou que a comemoração é importante, mas é preciso manter a atenção voltada para cobrar que as reparações sejam efetivadas. Na sequência, houve a apresentação de mais um grupo cultural. A Sra. Ângela Guimarães disse que a sanção da lei que formaliza o direito à liberdade das religiões de matrizes africanas é a busca do respeito e humanidade daquelas tradições que sempre foram alvos de intolerância, invasões e violência. Afirmou que o dia 21 de março é a lembrança de tantas pessoas que lutaram incessantemente pela inclusão do Candomblé e do respeito à cultura africana. Por fim, pontuou que a legislação só avança quando acompanhada da mudança de comportamento. A Sra. Vanessa Nunes externou emoção por falar em espaço com tantas pessoas negras e informou que a Defensoria Pública tem o compromisso de lutar contra a intolerância religiosa e buscar políticas públicas de afirmação para os povos de terreiro. O Sr. Ailton Ferreira falou que celebrar o Dia Nacional das Tradições Africanas depois de tantos anos de luta não concluía a resistência do povo negro e citou ações que empreendeu junto com o Desembargador Lidivaldo Britto pela defesa das práticas das tradições de matriz africana e pelo combate à intolerância religiosa, já que eram vistas como subcultura. Defendeu a importância de assegurar a assistência religiosa para as pessoas presas e internadas que sigam as religiões de matriz africana. O Sr. Bira Corôa disse que é através do Candomblé e da Capoeira que é guardada a história da ancestralidade negra, que tem o protagonismo negado, mas que é buscada quando em benefício do interesse branco. Concluindo, disse que a maior manifestação de repúdio ao escravagismo foi a manifestação ocorrida em Cachoeira, pelo povo negro, contra a Lei Áurea, pois não era a liberdade que o povo negro almejava. O Sr. Thiago Garcez, após pedir agô à ancestralidade, disse que é um dia de resistência, enfrentamento e memória, e, relembrando Castro Alves, declamou “Vozes d’África”. Em seguida, informou que a Secretaria da Segurança Pública tem muita responsabilidade no combate à violência, criando, em 2005, o Núcleo de Religião de Matriz Africana na luta pela igualdade de crença, um dos exemplos das ações de

valorização do povo de santo em todas as formações das Polícias Militar e Civil. Finalizando, entoou a canção “Banzo Maracatu”. Após as apresentações do Cantor Gerônimo Santana, do Mestre Gigi e do Grupo de Samba Ohana, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e, às 18h04, declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

PRIMEIRO-SECRETÁRIO -

SEGUNDO-SECRETÁRIO –